

VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

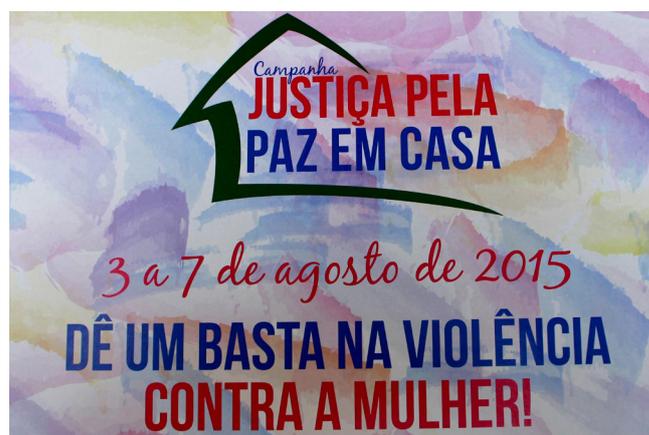
1º de julho de 2015

Edição 163

A segunda etapa da campanha 'Justiça pela Paz em Casa' tem início em agosto

A desembargadora Salete Sommariva, coordenadora da Cepevid (Coordenadoria de Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), já iniciou o trabalho de organização da segunda etapa da campanha "Justiça pela Paz em Casa", prevista para o período de 3 a 7 de agosto deste ano. Ela definiu que as atividades devem focalizar a sensibilização em instituições de ensino, inclusive de professores e diretores, pela relevância da sua atuação como multiplicadores das informações recebidas, mediante a realização de palestras educativas em escolas sobre o tema da violência contra a mulher. A desembargadora reforçou, ainda, que os juízes com competência na área da violência doméstica terão autonomia para promover, durante o mês de agosto, ações de conscientização e enfrentamento à violência contra

a mulher. Essas ações englobam palestras, desenvolvimento de projetos, distribuição de materiais informativos e fortalecimento da rede de atendimento.



PJSC debaterá políticas institucionais e PPA 2016-2019



Planejamento
Estratégico
do PJSC 2015-2020

O alinhamento das peças orçamentárias do Plano Plurianual (PPA) – 2016/2019 às necessidades da Justiça de 1º e 2º grau será tema de encontro nos dias 9 e 10 de julho, no auditório do Tribunal Pleno. A Assessoria de Planejamento coordena o evento, que reunirá desembargadores, juízes de 2º grau, juízes diretores de foro, chefes de secretaria de foro e representantes de setores do Poder Judiciário.

Serão debatidos assuntos referentes à modernização do Judiciário, aperfeiçoamento da gestão dos tribunais e melhoria da prestação jurisdicional. No primeiro dia serão repassadas aos magistrados e servidores as políticas institucionais planejadas para o período de 2015-2020 e as novas orientações estratégicas do Poder Judiciário de Santa Catarina; haverá, ainda, exposição sobre metas nacionais. Para o segundo dia estão previstas exposições sobre temas como informática, infraestrutura e obras e demais tópicos pertinentes ao PPA.

O ouvidor judicial do TJ, des. Salim Schead dos Santos (dir.), recebeu o ouvidor do Ministério Público, procurador de Justiça Vânio Martins de Faria, para troca de informações e experiências entre os dois órgãos.



Desembargadores Raulino Jacó Brüning e Ricardo Roesler receberam a visita do comandante do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina, cel. Edupércio Pratts, e cadetes da Escola de Oficiais da instituição.



VEREDICTO

01/07/2015



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

CG-Info prossegue na implantação do processo eletrônico no âmbito do TJ

O Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CG-Info), em reunião extraordinária ao final de junho, apreciou o atual estágio de implantação do processo digital no 2º grau de jurisdição e discutiu as possibilidades para o encaminhamento das próximas etapas. Comandada pelo desembargador Jorge Henrique Schaefer Martins, a reunião contou com apresentação da Divisão de Sistemas Judiciais de 2º Grau da DTI sobre as ações realizadas até então, as funcionalidades disponíveis na nova versão do SAJ/SG, o atual estágio da homologação do sistema, as condições e as possíveis estratégias de implantação e os respectivos cronogramas. Todo o material apresentado, acompanhado de relatório detalhado sobre o sistema disponível para implantação, homologação e migração de dados para a nova versão, será encaminhado aos membros do CG-Info, diretores-gerais e diretores vinculados à DGJ, que deverão reunir-se em breve para deliberação acerca da subsequente capacitação e implantação do processo digital no Tribunal de Justiça. Participaram da reunião, entre outros, os magistrados Dinart Machado, André Happke, Paulo Roberto Toniazzi e João Dobrowolski Neto, do CG-Info.



Teletrabalho no PJSC

Poder Judiciário de SC adota teletrabalho como opção aos servidores

O teletrabalho, instituído no Judiciário de Santa Catarina e regulamentado pela Resolução TJ n. 14/2015, estará com inscrições abertas em julho. Aspectos sobre o número de vagas disponíveis neste primeiro momento, assim como requisitos físicos e tecnológicos mínimos a serem providenciados pelo servidor, serão esclarecidos antecipadamente. Haverá a necessidade de documento firmado pelo gestor com anuência para participação do colaborador, relação das atividades a serem desenvolvidas durante o período do teletrabalho e produtividade média da equipe de trabalho nos seis meses que antecedem a inscrição. Se a procura for maior que as vagas, terão preferência servidores com dificuldade de locomoção, cônjuge ou companheiro residente em outro município não contínuo ao da sede da comarca, maior tempo de serviço, trabalho exclusivo com processo eletrônico e mais idosos.

Desembargador Sebastião Evangelista se despede da Câmara Especial Regional de Chapecó

A sessão de julgamento do dia 22 de junho na Câmara Especial Regional de Chapecó - Cerc, no Oeste catarinense, marcou a despedida do desembargador Sebastião César Evangelista como seu presidente. Ele permaneceu no cargo por um ano e dois meses.

Os integrantes do órgão julgador, desembargadores substitutos Júlio César Machado Ferreira de Melo, Luiz Cesar Schweitzer, Rubens Schulz e Luiz Antonio Zanini Fornerolli, e representantes da subseção local da OAB fizeram homenagem a Evangelista, com entrega de placa alusiva à sua passagem pela Cerc.



Corregedoria cede programa de correções virtuais para aplicação no TJ do Piauí



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

O Sistema de Correções Extrajudiciais desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça - CGJ, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação do TJSC, foi adotado pelo Tribunal de Justiça do Piauí. Foi concluída a cessão dos códigos-fonte e do banco de dados do sistema, que permite a realização de correções presenciais nos cartórios extrajudiciais mediante uso de *check-list* dinâmico de avaliação, composto de 1700 itens referentes às especialidades do serviço (notas, protesto, registro civil e registro de imóveis). O sistema, adotado em 2014 pela CGJ, possibilitou correções em mais de 350 serventias do Estado, de modo que, até o final deste ano, será possível a realização desse trabalho em todos os cartórios do Estado - um feito inédito. O interesse do Piauí surgiu da apresentação do sistema no 68º Encontro do Colégio de Corregedores, realizado naquele Estado em março deste ano.